

**PROJETO DE LEI Nº 6.204/2019 – DESJUDICIALIZAÇÃO DA
EXECUÇÃO CIVIL DE TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS E
EXTRAJUDICIAIS**

**MEMORIAIS DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS
TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO
FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – FENAJUFE**

Assunto: Desjudicialização da execução civil de títulos executivos judiciais e extrajudiciais

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relator atual: Senador Rogério Carvalho

Situação: 07/05/2025 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Na 12ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta, a pedido do relator.

1. DO RELATÓRIO ANALÍTICO: BREVE CONTEXTO POLÍTICO

Inicialmente, cumpre-nos destacar que o Projeto de Lei nº 6.204/2019, que versa sobre a desjudicialização da execução civil de títulos executivos judiciais e extrajudiciais, de autoria da senadora Soraya Thronicke, é uma iniciativa legislativa pautada em uma profunda reforma

do sistema de execução brasileiro, com alterações às Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 9.492, de 10 de setembro de 1997; 10.169, de 29 de dezembro de 2000; e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Em suma, a proposição legislativa sugere a delegação da competência para presidir o processo de execução autônomo, bem como a fase de cumprimento de sentença, aos tabeliães de protesto. Segundo a justificativa do Projeto de Lei nº 6.204/2019, tal medida se afigura necessária para “simplificar e desburocratizar a execução de títulos executivos civis”, o que ocorre sob o suposto pretexto de alavancagem da economia brasileira, haja vista a economia que o modelo traria aos cofres públicos.

É válido citar, quanto ao ponto, que a proposta é franqueada a partir de modelos verificados no direito estrangeiro e que, segundo a justificativa elaborada pela senadora Soraya Thronicke, apresentaram resultados exitosos no tocante à economia gerada aos cofres públicos dos países afetados, especialmente em Portugal. **Percebe-se, portanto, que a iniciativa política opera no sentido de se aplicar modelos estrangeiros no país com base em seus resultados, e não em suas premissas e possíveis efeitos.**

Tal lógica é perfeitamente verificável no caso proposto, haja vista que em nenhum momento a proposição legislativa se preocupa em

sopesar os efeitos da desjudicialização das execuções em relação ao corolário da devida prestação jurisdicional, do acesso à justiça, entre outros princípios insertos em nossa Carta Magna. **Ao focar primariamente em numerologia verificada em contexto diverso do que se verifica em nosso país, nota-se que a preocupação financeira poderá ser organizada em detrimento da efetivação de direitos constitucionalmente estabelecidos.**

Ou seja, trata-se de iniciativa fundada basicamente na premissa de aliviar o impacto financeiro-orçamentário ocasionado pela lógica judicial do atual sistema de execuções brasileiro, optando-se por um lógica “desburocrizador e modernizante” dos procedimentos executórios, que a partir de então seriam geridos pela iniciativa privada, **que frequentemente se preocupa com seus interesses e prerrogativas em primeiro plano.**

2. DA ANÁLISE DA PROPOSTA LEGISLATIVA: ASPECTOS ILEGAIS/INCONSTITUCIONAIS

De início, cumpre observar que diversas competências restarão delegadas aos tabeliães de protesto, designando tais indivíduos como “agentes de execução”.

Dentre as diversas atribuições destes agentes públicos, restariam concedidas as funções de realização de atos de penhora e

avaliação de bens, expropriação, consultas a bases de dados com o objetivo de citação dos devedores, entre outros. Veja-se, a partir da proposta organizada pela senadora Soraya Thronicke:

Art. 4º. Incumbe ao agente de execução:

- I - examinar o requerimento e os requisitos do título executivo, bem como eventual ocorrência de prescrição e decadência;
- II – consultar a base de dados mínima obrigatória, nos termos do art. 29, para localização do devedor e de seu patrimônio;
- III – efetuar a citação do executado para pagamento do título, com os acréscimos legais;
- IV – efetuar a penhora e a avaliação dos bens;
- V – realizar atos de expropriação;
- VI – realizar o pagamento ao exequente;
- VII – extinguir a execução;
- VIII – suspender a execução diante da ausência de bens suficientes para a satisfação do crédito;
- IX – consultar o juízo competente para sanar dúvida relevante;
- X – encaminhar ao juízo competente as dúvidas suscitadas pelas partes ou terceiros em casos de decisões não reconsideradas.

Levando-se em consideração a **extrema importância das atividades acima colacionadas para a efetivação da tutela jurisdicional no Brasil**, causa extrema preocupação o teor dos parágrafos 1º e 3º do dispositivo supracitado:

§ 1º A realização e a comunicação de atos executivos serão de responsabilidade dos agentes de execução, que se submeterão às regras de cooperação institucional entre os tabelionatos de protesto.

§ 2º Os atos praticados pelos agentes de execução observarão as regras do processo eletrônico e serão publicados em seção especial do Diário da Justiça ou do jornal eletrônico destinado à publicação dos editais de protesto.

§ 3º O agente de execução poderá substabelecer a prática de atos executivos a substitutos e escreventes devidamente credenciados, que somente poderão atuar se estiverem munidos de documentos que comprovem a sua condição de agentes de execução.

Nos termos do que define o parágrafo 1º supratranscrito, a realização de comunicações (notificações, ciências e/ou intimações) ficará sob responsabilidade dos agentes de execução. Este tipo de iniciativa, atualmente realizada pela justiça e a partir da atuação primordial dos oficiais/oficiais de justiça, **é procedimento fundamental na lógica da satisfação da prestação jurisdicional**, devendo ser realizada de forma isonômica e atenta aos princípios constitucionais da legalidade e da razoável duração do processo, aplicáveis de modo verdadeiramente sensível ao contexto das execuções judiciais.

Tais agentes públicos, como se sabe, possuem verdadeira missão institucional, devendo exercer suas prerrogativas sob supervisão do Poder Judiciário nos Estados. Esta atuação, por força legal, **é organizada de modo isento, sem avocar o interesse das partes envolvidas, ou**

mesmo interesses de cunho econômico, como se verifica na atividade cartorária, exercida em caráter privado por delegação do Poder Público (artigo 236 da Constituição Federal).

Ainda nesse mesmo sentido, nos termos do que define o parágrafo 3º suprarreferido, nota-se que os tabeliães (“*agentes de execução*”) poderão substabelecer os atos executivos mencionados no artigo 5º aos seus substitutos e escreventes credenciados, **indivíduos que sequer passaram pelo crivo do concurso público (artigo 37, inciso II, da Carta Magna).**

Para além da falta de legitimidade para tratar de informações e procedimentalizações essenciais ao próprio funcionamento da Justiça, insta salientar que os agentes cartorários não gozam das mesmas prerrogativas e garantias funcionais da magistratura ou de determinadas carreiras do serviço público. Nesse contexto, tabeliães, substitutos e escreventes podem sofrer de intensa influência externa, seja de ordem política ou econômica, e não contar com as devidas garantias e mecanismos de *accountability* verificados no contexto de atuação dos juízes e servidores públicos, em especial os oficiais de justiça.

Essa diferenciação sugere um contexto de forte possibilidade de ausência de isenção para a condução dos processos de execução, haja vista a lida com interesses particulares em cada cenário. Delegar à iniciativa privada a oportunidade de interferência na esfera

patrimonial dos cidadãos brasileiros, ao mesmo tempo em que se admite o risco acima discutido, abrirá margem para o cometimento de abusos e excessos, **condutas que ultimamente voltarão a ser apreciadas pelo próprio Judiciário.**

Isso sem mencionar a possibilidade de utilização irrestrita do sistema de dados atualmente utilizados pelo Poder Judiciário, cuja integração deverá ser desenvolvida e fomentada pelo Conselho Nacional de Justiça. **Para efeitos comparativos, tal procedimento equivalerá ao acesso, por parte destes agentes privados, de sistemas próximos do que se verifica hoje no SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD e outros.**

Notória, portanto, a imensa responsabilidade conferida a estes agentes ao operar tal procedimento, persistindo o risco de que o tabelião, substituto ou escrevente possam utilizar tais plataformas para patrocinar interesses escusos de terceiros ou das próprias partes envolvidas nos mais diversos tipos de execuções.

Nesse sentido, inclusive, é válido ressaltar que a jurisprudência hodierna do Supremo Tribunal Federal define ser objetivamente responsável o Poder Estatal pelos atos de agentes cartorários (tabeliães, registradores oficiais, substitutos, escreventes) que, no exercício de suas funções, venham a causar prejuízos a terceiros. Destaca-se que o direito de regresso verificado nestes casos **também voltará à apreciação do Poder Judiciário.** Veja-se, a partir da seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. DANO MATERIAL. ATOS E OMISSÕES DANOSAS DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES. TEMA 777. ATIVIDADE DELEGADA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO DELEGATÁRIO E DO ESTADO EM DECORRÊNCIA DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS POR TABELIÃES E OFICIAIS DE REGISTRO NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. ART. 236, §1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO PELOS ATOS DE TABELIÃES E REGISTRADORES OFICIAIS QUE, NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, CAUSEM DANOS A TERCEIROS, ASSEGURADO O DIREITO DE REGRESSO CONTRA O RESPONSÁVEL NOS CASOS DE DOLO OU CULPA. POSSIBILIDADE.

1. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Tabeliães e registradores oficiais são particulares em colaboração com o poder público que exercem suas atividades in nomine do Estado, com lastro em delegação prescrita expressamente no tecido constitucional (art. 236, CRFB/88). [...]

4. O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. Precedentes: RE 209.354 AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJe de 16/4/1999; RE 518.894 AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 22/9/2011; RE 551.156 AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 10/3/2009; AI 846.317 AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 28/11/13 e RE 788.009 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 19/08/2014, DJe 13/10/2014. [...]

11. Repercussão geral constitucional que assenta a tese objetiva de que: **o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e**

registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa. [...]

13. Recurso extraordinário CONHECIDO e DESPROVIDO para reconhecer que **o Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.** Tese: “O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa”. [...]

(RE 842846, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 27/02/2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-175 DIVULG 12-08-2019 PUBLIC 13-08-2019)

Observa-se, ainda, o esvaziamento de atribuições funcionais de carreiras diversas, entre estas as funções dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, que exercem papel auxiliar ao juízo no sentido de avaliar bens e determinar penhoras para que seja garantida a efetividade das decisões jurisdicionais.

Por outro lado, importa citar o fato de que permanecerá a cargo do Poder Judiciária a apreciação de exceções de impedimento e de pré-executividade, além dos embargos à execução oponíveis pela parte Executada. Menciona-se ainda, de acordo com a redação do inciso IX do artigo 5º do parecer (artigo 4º do PL 6.204/2019), que os agentes

executivos deverão sempre consultar o juízo competente para sanar dúvidas relevantes. **Nota-se, por todos estes exemplos, que a atuação judiciária não será substancialmente reduzida, haja vista a indispensabilidade de pronunciamento em todos os cenários referidos.**

Ou seja, restariam delegadas aos cartorários, de fato, somente as funções tidas como mais “fáceis” da atividade executiva (atos notificatórios, persecutórios ou consultas), tarefas estas que já vêm sendo desempenhadas pela Justiça brasileira cotidianamente, de forma transparente e agilizada, a partir da atuação das Contadorias e dos servidores e servidoras públicos designados exclusivamente nesta seara. Rememora-se, neste aspecto, que a fase executiva é pensada no contexto do Poder Judiciário com o intuito de conferir celeridade e segurança jurídica à prestação jurisdicional.

Nesse contexto, então, é possível afirmar que a medida legislativa ora em análise **acabou por não reconhecer a relevância e o impacto positivo da atual sistemática utilizada para o processo de execução nos Tribunais de Justiça por todo o país** (equipamentos, pessoal, procedimentos e sistemas), demonstrando a necessidade de maiores explanações junto ao Poder Legislativo sobre toda a proceduralização, sua indispensabilidade e benefícios.

Ainda quanto ao ponto, importa destacar que as mudanças propostas pela legislação poderão afetar profundamente a própria estrutura

dos Tribunais nacionais, **haja vista o impacto na arrecadação por parte das Cortes regionais**, que deixariam de receber as custas concernentes. Muito se discute, atualmente, sobre a possibilidade de incremento destes valores, haja vista a disparidade dos montantes praticados e aqueles considerados ideais para o custeio do sistema, enquanto a proposição legislativa trabalha em nítido sentido oposto.

Ou seja, identifica-se relevante quantia que deveria ser direcionada ao **aprimoramento da atividade jurisdicional brasileira, iniciativa que se consubstancia a partir do verdadeiro interesse público coletivo**. Entretanto, nos termos apresentados, tal montante acabará por ser oferecido exclusivamente à iniciativa privada, haja vista o tipo de atuação reconhecida no país para a atividade cartorária.

Este tipo de medida deve ser analisado como uma iniciativa francamente antagônica aos próprios princípios insertos no artigo 37 da Constituição Federal, especialmente no que tange ao corolário da eficiência administrativa. **Ao atuar no sentido contrário da evolução e custeio do sistema jurisdicional brasileiro, haja vista a necessidade de que seja respeitada a devida prestação jurisdicional por parte do Estado, o projeto de Lei traduz incertezas quando se discute o efetivo choque entre interesses público e privado.**

É possível discutir, ainda neste âmbito, se todas as alterações previstas não acabariam por vulnerar o princípio constitucional

da harmonia/separação dos Poderes, conforme prescrito pelo artigo 2º da Constituição Federal. **Tal assertiva pode ser verificada uma vez que as consequências da legislação avançariam sobre o próprio funcionamento do Poder Judiciário, haja vista o impacto arrecadatário que poderá ser verificado em um contexto futuro, além de potenciais extinções de postos de trabalho ou alterações sensíveis em atribuições funcionais de servidores, tal como visto no contexto dos Oficiais de Justiça.**

Outra possível violação aos ditames constitucionais decorre dos próprios princípios da inafastabilidade e da reserva da jurisdição, consoante prescreve o artigo 5º, inciso XXXV, da Carta Magna. Tal inteligência provém do fundamento de que cabe ao magistrado, revestido de poder e legitimidade para tanto, escolher a medida que se afigura mais adequada e correta ao caso concreto, nos termos empiricamente verificáveis ou conforme requerido pelas partes processuais (artigos 139 e 536, parágrafo 1º, do CPC).

Mais outro argumento para se levar em consideração é o próprio acesso à justiça, também privilegiado pela redação do inciso XXXV do artigo 5º de nossa Carta Magna. O projeto apresentado, em verdade, atua no sentido de criar novas despesas para o particular, na forma de emolumentos prévios e finais. O resultado inequívoco desta instituição de emolumentos é a excessiva onerosidade ao devedor, que passa a ter que arcar com o valor principal, correção monetária, juros, honorários e, agora,

os diversos emolumentos elencados, que podem inclusive diferir entre as unidades federativas.

Destaca-se, ainda, outro problema grave em relação às partes que porventura venham a instaurar o procedimento executório: a injustificável exigência de protesto prévio do título judicial ou extrajudicial (artigos 6º e 14 da proposição legislativa).

O protesto, conforme se concebe atualmente, sempre foi requisito de segurança opcional aos credores, jamais consistindo em requisito indispensável para o início de qualquer iniciativa em sentido executório. **Trata-se, novamente, da criação de um ônus financeiro às partes, desta vez aos Exequentes.**

Ou seja, a proposta inova ao criar uma série de emolumentos a serem pagos pelas partes, seja pelo Exequite (protesto) ou ainda pelo Executado (quando do adimplemento das dívidas cobradas), tudo isso sem qualquer tipo de preocupação pormenorizada em relação ao destino destas verbas, uma vez considerada a atuação cartorária, afeta à iniciativa privada e sua lógica de interesses.

Tal aumento remuneratório, inclusive, poderá representar uma diferença sensível nos cartórios de todo o país, **que inegavelmente precisarão executar novas contratações e expansões.** O aumento de atribuições poderia ocasionar, ainda, o surgimento de novas estruturas

cartorárias, haja vista o grande contingente de execuções judiciais e extrajudiciais a serem processadas. **Recai sobre tal fato verdadeira preocupação acerca da adequada prestação de serviços por parte dos cartórios, que sob hipótese alguma poderão atuar no sentido de piorar a qualidade dos demais serviços notariais/registrais a serem cumpridos.**

Porém, quanto ao ponto, destaca-se que um dos aspectos mais graves decorrentes do teor normativo que se busca implementar é a falta de capacitação dos “agentes de execução” para a realização das atribuições definidas nos artigos 3º e 4º do PL nº 6.204/2019. **Frisa-se, neste aspecto, que o próprio artigo 22 do PL nº 6.204/2019 atesta a ausência e necessidade de capacitação destes agentes públicos, devendo os treinamentos e especializações restarem concluídos até a entrada em vigor da lei¹.**

Em outros termos, verifica-se que uma das etapas processuais mais importantes (ou a mais importante delas) estará entregue a profissionais recentemente capacitados/treinados para a execução dos serviços atinentes, enquanto o atual cenário jurisdicional já impõe a atuação de servidores e servidoras altamente preparados para este ofício. **É evidente o risco que se identifica para a efetividade das execuções civis,** ainda mais quando se considera a ausência de tabelionatos de protesto

¹ “O Conselho Nacional de Justiça e os tribunais, em conjunto com os tabeliães de protesto, por sua entidade representativa de âmbito nacional, promoverão a capacitação dos agentes de execução, dos seus prepostos e dos serventuários da Justiça, a ser concluída até a entrada em vigor desta Lei.”

suficientes para o atendimento do imenso volume de demanda a ser criado a partir das propostas legislativas em exame.

Ou seja, de nada adiantaria afastar as atividades de execução judicial e extrajudicial do Poder Judiciário sem a necessária construção de um sistema que possibilitasse a célere prestação jurisdicional, em especial quando se trata da efetiva conclusão de contendas entre as partes. Do que se vê pela realidade aferida em nosso contexto jurídico, esta realidade está inegavelmente distante de ser alcançada, seja pela falta de cartórios ou mesmo pela capacitação dos agentes a serem afetados pelo teor normativo do projeto de lei em voga.

3. DO POSICIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SOBRE O TEMA

Feitas todas as considerações acima, resta necessário pontuar que o egrégio Conselho Nacional de Justiça já foi instado a se manifestar sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 6.204/2019, o que ocorreu nos autos da Consulta (artigo 103, inciso I do Regimento Interno do CNJ) nº 0001014-48.2020.2.00.0000. Destaca-se que o órgão de controle foi provocado justamente pela Senadora Soraya Thronicke, própria autora da proposição legislativa supracitada.

O julgamento da consulta, iniciado na 73ª Sessão Virtual do Conselho, em 10/09/2020, já contava com 6 (seis) votos contrários ao projeto de lei, quando retirado de pauta em razão de pedido de vista regimental proferido pela ilustre Conselheira Maria Tereza Uille Gomes.

Naquela oportunidade, o Conselho reiterou, na íntegra, parecer de lavra do Conselheiro Luiz Fernando Tomasi Keppen, se manifestando de forma **contrária** à aprovação do Projeto de Lei em tela (**Doc. 1**), haja vista uma série de incompatibilidades da norma com a legislação vigente, com os ditames constitucionais, assim como em relação ao seu total descabimento frente ao contexto jurídico nacional contemporâneo.

De acordo com o CNJ, o Projeto de Lei **não demonstrou ter condições mínimas de garantir a instituições de mecanismos adequados para que seja promovida a otimização dos procedimentos executórios no país**. Em verdade, segundo o órgão de controle, a iniciativa legislativa concebe, ao revés, “um preocupante e burocratizante *iter* extrajudicial”, possibilitando verdadeiro retrocesso no processo executivo, **ainda recentemente aperfeiçoado com o Código de Processo Civil no ano de 2015**.

Posteriormente, em 18/09/2020, percebendo a possibilidade de emissão de parecer contrário ao projeto, o próprio gabinete da Senadora Thronicke requisitou o cancelamento da produção de nota técnica pelo

CNJ, pedido prontamente afastado pelo Relator, haja vista a possibilidade de produção deste documento de ofício por parte do Conselho, nos termos do artigo 103 do RICNJ.

Entretanto, passados dois anos desta decisão, o novo conselheiro designado para o tema, Sidney Madruga, emitiu voto no sentido de restar reconhecida perda superveniente do objeto do tema, haja vista a desnecessidade da tutela requerida e a solicitação de arquivamento por parte da própria senadora. O voto foi acolhido por unanimidade e o feito arquivado, sem pronunciamento definitivo acerca da proposição em questão.

4. CONCLUSÃO

Diante de todos os fatos e fundamentos ora expostos, entende-se pela configuração de potenciais ilegalidades e inconstitucionalidades por parte do Projeto de Lei nº 6.204/2019, haja vista as mencionadas violações ao conteúdo normativo dos artigos 2º, 5º, inciso XXXV, 37, *caput* e inciso I, da Constituição Federal, assim como representa clara afronta às disposições do processo de execução contidas no Código de Processo Civil.

Em verdade, a legislação em tela representaria iniciativa no sentido de “privatizar” os procedimentos de execução, sejam estes em âmbito judicial ou extrajudicial, não fornecendo garantias concretas de que haverá uma instituição de um modelo procedimental moderno, isonômico e verdadeiramente eficiente.

Nesse sentido, como bem pontua o parecer emitido pelo e. Conselho Nacional de Justiça (**Doc. 1**), apresenta-se a norma em tela como medida notadamente burocratizante, a ser concretizada por agentes públicos que sequer possuem a legitimidade ou a capacitação necessária para exercer as extensas atribuições conferidas pela lei. Além disso, rememora-se a necessidade de implementação de inúmeros cartórios no país, haja vista o aumento previsível de demanda, o que traria ainda maior dificuldade para a consecução das atribuições designadas nos artigos 3º e 4º do PL nº 6.204/2019.

Diante do exposto, nos moldes apresentados, a proposta legislativa não parece conseguir efetivar a prometida “otimização do sistema executório no país”, ainda mais quando se considera o fato de que será o Poder Judiciário o responsável por dirimir toda e qualquer dúvida sobre as execuções, ou ainda quando se tornar necessário o julgamento de exceções de pré-executividade ou embargos à execução.

Por fim, carece a norma de garantias específicas quanto à efetividade da prestação jurisdicional, de mecanismos que protejam as

partes dos interesses políticos/econômicos dos atores sociais (isenção no processo executório para as partes), assim como em relação à falta de legitimidade dos substitutos e/ou escreventes cartorários para o desempenho das funções elencadas nos dispositivos concernentes.

É o que nos cabe rememorar e relatar no momento.

Brasília/DF, 07 de maio de 2025.

CEZAR BRITTO ADVOCACIA